

Reencantar o Movimento Estudantil: por uma outra melodia!

A melodia desafinada

No último período, o Movimento Estudantil da USP tem sofrido algumas derrotas, como a fraqueza da greve em 2009 (que aconteceu em pouquíssimos cursos) e a divisão na eleição para Reitor. Apesar de combativo, o movimento que tem se dado nos espaços e lutas mais gerais do ME da USP, hoje, se reduz a poucos estudantes. Especialmente no último ano, o desrespeito à diversidade de visões e um certo autoritarismo acabou afastando ainda mais o movimento em relação aos próprios estudantes.

Isso se dá, em grande medida, porque uma visão que despreza a discussão coletiva de nossas pautas, e no lugar disso concentra suas energias em disputas moralistas e sectárias, tem sido bastante presente. O fato é que o nosso movimento hoje se encontra mergulhado em lutas internas destrutivas, e isso precisa mudar! É necessário **construir a unidade do conjunto de experiências que possuem potencial de construção, de contestação, de luta e de organização**, e que hoje se encontram fragmentadas.

Democratizar, ampliar e unificar o movimento

O movimento estudantil já foi mais consistente, democrático e aberto. O DCE da USP já soube dialogar melhor com um conjunto maior de estudantes, **agregando as experiências de construção e contestação na universidade**, que hoje se encontram fragmentadas e frágeis. O DCE já exerceu papel fundamental na **unificação das demandas** das três categorias da universidade (nós, professores e funcionários). Enfim, o DCE já foi propositivo e organizador de um movimento muito mais amplo e unitário. E precisa voltar a sê-lo!

Para tanto, e porque acreditamos que a base deve pautar e organizar o movimento, é fundamental construirmos o **X Congresso dos Estudantes da USP**. Um espaço construído a partir dos estudantes e dos Centros Acadêmicos, para discutir a sociedade, a universidade e o movimento estudantil, e definir propostas de intervenção. Nesse mesmo sentido, é muito importante retomar a **representatividade e legitimidade** dos nossos espaços coletivos de decisão. As **assembléias gerais** devem ser realmente construídas, o que pressupõe convocação antecipada, materiais explicativos e a realização de **assembléias nos cursos e nos campi**. Os **CCAs** (Conselhos de Centros Acadêmicos) devem aprofundar os debates e permitir a articulação entre as entidades de base e destas com o DCE.

O desafio da participação

A força do ME se efetiva com a **capacidade de formar, organizar e mobilizar os estudantes**. Distanciar-se disso só faz alimentar a apatia que leva ao nosso enfraquecimento. Essa falta de incentivo aos estudantes de serem sujeitos da construção do ME tem se expressado na necessidade de democratização do movimento, o que passa por uma política consistente de **divulgação de informação e estímulo à participação nas discussões e decisões**.

Precisamos aproveitar e **potencializar as diversas experiências** de construção desse Movimento Estudantil que se encontram dispersas em diversos cursos e Centros Acadêmicos em vários campi. É preciso fazer com que os estudantes se reconheçam enquanto parte ativa do ME, levando as questões mais específicas para o movimento geral e incorporando as pautas mais gerais como pauta de cada um dos pólos desse movimento.

Outra importante ação para isso é valorizar as pautas específicas que **dialogam com as necessidades da sociedade**. Assim, atuamos em conjunto com organizações externas à universidade e trazemos para a nossa pauta outras questões que possuem origem nas mesmas contradições que alimentam nossa vontade de nos mobilizar.

Nesse sentido propomos:

- Intensificação da comunicação do DCE: boletins impressos e eletrônicos com frequência regular; atualização freqüente do site/blog; jornal periódico;
- Realização de assembléias gerais apenas após as assembléias dos campi;
- Reorganização do espaço de vivência do DCE: precisamos garantir a autonomia dos estudantes sobre o espaço, mas também precisamos mantê-lo organizado e ocupado por atividades dos estudantes, como debates, festas, etc.
- Assegurar o financiamento do DCE através de licitação de partes do espaço estudantil para usos que sejam de interesse dos estudantes;
- Divulgar ampla e antecipadamente as Assembléias, as Reuniões Ordinárias do DCE e os Conselhos de Centros Acadêmicos (CCAs), diferentemente deste ano;
- Realização de CCAs com regularidade mensal e também nos campi do interior;
- Aproximação aos núcleos e grupos de cultura e extensão existentes nos campi;
- Retomar a construção de núcleos e grupos de temas específicos, como cultura, diversidade sexual, questões de gênero, meio ambiente, saúde, etnia, etc.

integrantes da Chapa:

BUTANTÃ

Administração: Guilherme Nogueira "Guile"; **Arquitetura:** Daniele Crema; **Biblioteconomia:** Aline Laura Tavella; **Biologia:** Idalício Reimberg "Heineken", Juliana Bortoletto "Jundi", Leandro Yoshizaki; **C. da Computação:** Tiago Madeira; **C. Contábeis:** Paula Albuquerque "Póia"; **C. Sociais:** Almir Leite de Oliveira, Andreza Davidian, Bárbara Vallejos, Bianca Boggiani Cruz, Bruno Casalotti, Celso Jorgetti Jr., Daniel Costa Ribeiro, Eduardo Cuzziol Vinagre, Felipe Moreira "Feto", Fernanda Ticianelli de Castro, Flávia Brancalion, Gabriel Neves Martins, Giulia Tadini, Guilherme Prado, Gustavo Barroso do Rego, Jean Gustavo de Moraes, Jéssica Voigt, Luis Fernando Pereira, Maia Gonçalves Fortes, Michel Nasser Mustafa, Pedro Bueno Serrano, Rafael Moreira, Renan Theodoro, Renata Albuquerque de Moraes, Tays Gomes Calhado, Thiago Trindade de Aguiar; **Eng. Mecânica:** André Saggin; **Engenharia (Biênio):** Davi Segre; Gustavo Boriolo; **Física:** Guilherme Vazquez Guimarães; **Geografia:** Amanda Voivodic, Caio Zarino "Kio", Charles Thompson, Danillo Rota Prisco, Nathalie Drumond "Thalie", Rodrigo Silva "Digão"; **Geologia:** Igor Mascarenhas "Mal criado"; **História:** Breno Ribeiro, Bruno Silvano "Chão", Cibele Lima, Douglas Favorin, Felix White Toro, Joana Salém, Priscilla Schimidt, Thiago Castelli, Vitor Hugo Scotton "Vitão"; **Jornalismo:** Camila Souza Ramos "Camis", Lia Segre, Tatiane Ribeiro; **Letras:** Aline Sharlene da Silva; **Matemática:** Adrian Fuentes "Adriano", Francisco de Melo Veríssimo; **Pedagogia:** Areta Santinho; **R.I.:** Clarissa Aidar Oliveira.

EACH

Gestão Ambiental: Moreno Dias Nunes; **G.P.P.:** Douglas Pires, Leonardo Cristovão, Márcio Queiroz, Mayara da Costa Patrão; **Obstetrícia:** Bruna Vazamin Cumpri.

LGO. SÃO FRANCISCO

Direito: Aline Viotto, Francisco Cruz "Chico", Victor Arruda.

PINHEIROS

Medicina: Eric Sakai; **Nutrição:** Denise Coelho, Erika Rodrigues da Silva, Evelin Minowa, Fernando Adami, Janaína Calu Costa "Jana", Natália Gebrim Dória, Natália Pereira Rocha, Roberto Rubem Brandão "Rubão"; **Pós-Nutrição:** Fernanda Serra Granado, Frederico Alves D'Ávila, Thiago Herick de Sá.

PIRACICABA

Biologia: Lorena Gebara "Kiu Bio"; **Eng. Agrônômica:** Felipe Chinen "Paga-Lanche"; **Lic. C. Agrárias:** Gabriel Sollero "Bolero".

PIRASSUNUNGA

Zootecnia: Elis Regina Gomes "C. Tinha".

LORENA

Eng. Bioquímica: Rebeca Limonge; **Eng. Materiais:** Rafael El Khouri "Árabe".

RIBEIRÃO PRETO

Enfermagem: Danilo Vinicio Zinhani.

SÃO CARLOS

Arquitetura: Danilo Eric dos Santos; **Eng. Aeronáutica:** Vanderlei dos Reis Filho "Sinop"; **Eng. Ambiental:** Dante José Peixoto; **Pós-Arquitetura:** Paulo Tauyr "Enem"; **Pós-Química:** Barbara Pontes "Babi".



Nós, da chapa "Para transformar o tédio em melodia", estamos nos propondo a ser gestão do DCE-Livre da USP por acreditarmos que é possível e necessário construir um movimento estudantil realmente amplo e democrático, no qual todos os estudantes possam e queiram participar, para construirmos, coletivamente, a universidade e a sociedade que queremos. Acreditamos neste movimento porque assim atuamos, no dia-a-dia de nossos cursos e campi. Estamos juntos em mais de 30 cursos de quase todos os campi, e nossa proposta é resgatar uma dinâmica democrática, consistente e organizada para o movimento, para assim podermos voltar a ter conquistas e continuar a luta pela urgente democratização da universidade.

Chapa ao **DCE-Livre USP 2010**
e RDs nos Conselhos Centrais

mais informações e propostas em:
transformartedioemmelodia.wordpress.com

eleições dias:
24, 25 e 26/11

Universidade. para que te quero?

A universidade pública brasileira, desde suas origens, constitui um direito restrito às elites. A USP, apesar de ter se modificado ao longo de seus 75 anos, permanece com esta marcante característica: a exclusão social. Aqueles que acessam a universidade pública possuíram condições econômicas favoráveis de estudo, e por isso, normalmente provem de alta ou média origem social. Por isso também, os conteúdos e políticas da universidade se voltam aos seus interesses. O produtivismo na pesquisa, o empreendedorismo no ensino, a financeirização da extensão, são todos sintomas desses interesses particulares que predominam na universidade pública.

Partimos de uma outra visão de universidade pública: uma universidade capaz de reparar as desigualdades sociais ampliando vagas e democratizando seu acesso para setores sociais historicamente impedidos de estudar. Reivindicamos uma universidade com formação emancipadora, que não seja subordinada à lógica competitiva do mercado; que estimule a reflexão crítica, e na qual os projetos de pesquisa e extensão busquem prioritariamente as soluções para os problemas sociais reais; cujos professores se preocupem verdadeiramente com o ensino, e não subordinem essa atividade ao número de suas publicações; financiada como prioridade pelos governos, e não como um fardo pesado. Afinal, quem paga ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços)? Todos, principalmente os mais pobres. E quem está na universidade por ele financiada? Poucos, principalmente os mais ricos.

Além disso, há na USP um cenário de falta de professores: em sete anos, o número de estudantes aumentou em torno de 50% e o de docentes se manteve praticamente estável. A expansão de vagas ocorre em marcha lenta e sem infra-estrutura adequada e a permanência estudantil é precária e insuficiente. Os servidores aos poucos vão sendo substituídos por 'terceirizados', extremamente mal pagos e sem direito à organização sindical. Os funcionários e professores enfrentam pesado arrocho salarial: de 1988 até hoje, a perda salarial na USP foi de cerca de 40%.

Pensamos ser necessário transformar a universidade: torná-la verdadeiramente pública e democrática, combatendo sua precarização acelerada e sua privatização interna. Queremos uma universidade que seja popular! Mas não podemos fazê-lo sozinhos. Por isso, ampliar as capacidades de alcance do movimento estudantil, fortalecer seus laços com funcionários e professores, e criar alianças com os movimentos sociais e os setores excluídos da universidade são condições dessa transformação. Por isso, mudar os rumos da universidade para nós, significa também avançar na transformação das relações de injustiça e desigualdade na sociedade em geral.

Quem manda na USP?

A USP tem a estrutura de poder mais antidemocrática entre todas as universidades públicas brasileiras. As conseqüências são graves: os rumos da universidade são determinados por interesses pessoais e troca de favores, em detrimento do interesse público. Abre-se o espaço para nepotismo, corrupção e administrações desastrosas.

Nos conselhos da USP, onde as decisões são tomadas, os estudantes e funcionários tem uma representação irrisória. Os professores detêm, em todos os colegiados, mais de 80% dos votos. Essa proporção é flagrantemente ilegal, pois a Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) estipula que a porcentagem deve ser 70%. Mesmo entre os professores a divisão é injusta – é uma pequena parte deles, os professores titulares, que detêm, na realidade, todo o poder. Reitor, diretores de unidade e chefes de departamento são eleitos indiretamente, por colégios eleitorais muito reduzidos.

É essa estrutura que permitiu que a USP, seus 75 anos de história, tenha ficado a mercê dos interesses de uma pequena minoria, que se auto-proclama portadora do mérito acadêmico.

Falta de democracia e nosso cotidiano.

Essa estrutura interna da USP interfere diretamente em nossas vidas. As dificuldades de reestruturar o currículo de nossos cursos, de garantir avanços na permanência estudantil, entre outras, também são conseqüências da falta de democracia.

Construir um DCE de toda a USP!

O DCE é um instrumento político muito importante para a articulação do movimento estudantil da USP, no sentido de conhecermos a realidade e a dinâmica de cada campus, reconhecendo as questões que perpassam a todos e a cada qual em suas especificidades.

Há muito o nosso Diretório Central de Estudantes enfrenta grandes dificuldades, principalmente no interior, para se fazer presente no cotidiano de cada estudante e para que estes se reconheçam na entidade. A USP hoje tem muitos campi, sete no total mais as unidades dispersas, o que tem ampliado essa dificuldade, sobretudo pela maneira como o DCE tem se organizado ultimamente, em especial na última gestão, de forma muito centralizada em São Paulo e no Campus do Butantã.

Essa deficiência se torna ainda mais problemática num contexto de ataques à organização e à autonomia estudantil, expressa na tentativa de retirada de diversos espaços de convívio ou organização política dos estudantes; nos regimentos e códigos de conduta aprovados ou propostos em alguns campi, que proíbem ou restringem as manifestações políticas, as festas, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas; e na própria desletigimação das entidades e fóruns do movimento estudantil por parte dos órgãos dirigentes.

Isso se dá num momento em que a USP tem ficado cada vez mais refém daqueles que detêm o poder, direcionando sua gestão na medida de seus interesses, e em que os estudantes, organizados no movimento estudantil, que historicamente têm defendido o caráter público da universidade, têm se colocando como um empecilho a esse processo.

Precisamos superar nossas deficiências e nos organizarmos de forma mais articulada e efetiva se quisermos construir um ME realmente forte e atuante. Nesse sentido, acreditamos que o DCE precisa ser construído em cada campus, com a atuação de estudantes do próprio lugar, e que em cada campus onde essa construção esteja mais avançada ele possa servir de base de apoio a construção nos demais, e atuar realmente em conjunto com os Centros Acadêmicos.

Defendemos e propomos:

- Construção do DCE enquanto entidade estudantil em cada campus, e não uma entidade centralizada que vai até os campi de vez em quando;
- Pautar as questões específicas de cada unidade ou campi, bem como inserilas no contexto geral do movimento estudantil;
- Construir em cada local a inserção de temas como meio-ambiente, cultura, gênero, como forma de dinamizar o movimento e aproximar mais estudantes;
- Atuar efetivamente em conjunto com os CAs, Grêmios, SAs e APGs, como uma via de mão dupla entre as diversas pautas específicas e gerais;
- Valorizar as Assembléias de campi e os Conselhos de Centros Acadêmicos como espaços de ampliação e democratização das discussões do ME da USP;
- Realizar reuniões da diretoria do DCE descentralizadas nos campi, e reuniões gerais da entidade nos finais de semana em que houverem CCAs.

Em 2009, tivemos exemplos de problemas que essa estrutura excludente pode proporcionar. Sem o diálogo, os conflitos da universidade, acabaram em violência.

A invasão da PM na USP: A reitora Suely Vilela, após aprovar o programa UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) sem debate com a comunidade universitária, e se recusar a debater as reivindicações dos funcionários, colocou a polícia dentro do campus, para calar aqueles que expressavam críticas a sua gestão. No dia 09 de junho, a polícia militar reprimiu com violência professores, funcionários e estudantes que realizavam um protesto pacífico na Universidade.

A escolha do novo reitor: No segundo semestre de 2009, ocorreu a escolha do sucessor de Suely Vilela. De uma comunidade universitária composta por quase 100 mil pessoas, apenas 274 pessoas escolheram uma lista com 3 nomes. Não bastasse o processo ser restrito e antidemocrático, o governador do estado, José Serra, resolveu passar por cima da decisão do Colégio Eleitoral, e nomeou como reitor o segundo colocado na lista tríplice, João Grandino Rodas, um símbolo da falta de diálogo e do autoritarismo dentro da universidade.

Para que possamos avançar da contestação da estrutura de poder com uma disposição transformadora dos rumos da Universidade, precisamos ampliar o debate sobre a democracia na USP.

Vamos juntos mudar essa história!

Democratizar o acesso a universidade

A democratização da universidade passa também pela democratização do direito tanto de acesso a ela quanto de permanência do estudante em seu curso. A USP deve ter uma política ativa nesse sentido, e esta chapa terá essas pautas como prioritárias.

Quem entra na Universidade?

O atual modelo de acesso à universidade impõe uma desigualdade de condições entre os que pleiteiam uma vaga na universidade. A começar pela insuficiência de vagas nos cursos noturnos, o que reduz as chances de setores da sociedade hoje excluídos poderem cursá-la.

Porém, outras distorções são impostas pelo próprio modelo do vestibular. Os dados da FUVEST e o nosso cotidiano nos cursos mostram o quanto ele acaba sendo um filtro social que deixa de fora os que não tiveram o treinamento necessário. Na USP, 74% dos estudantes são egressos do ensino médio particular e apenas 13% do total são negros.

Infelizmente, a grande maioria da população brasileira continua excluída da universidade, e a USP precisa ampliar os debates acerca de alternativas ao seu vestibular, ouvindo inclusive os cursinhos populares e diversos movimentos que atuam nesse tema.

Direito, e não benefício!

Muitos estudantes que conseguem entrar na USP enfrentam outra longa batalha: se manter no curso. Isso por causa de insuficiências e distorções na política de permanência estudantil. Hoje, muitos que precisam de auxílio para se manter na universidade acabam não tendo moradia, alimentação, transporte ou apoio acadêmico, e por isso precisam trabalhar para suprir estas necessidades, o que muitas vezes prejudica o curso.

Neste sentido, as ditas “bolsas trabalho” (que mudaram de nome pra “aprender com cultura e extensão”) obrigam muitos estudantes que precisam de apoio a trabalharem em funções que nada têm a ver com seu curso, transformando-os em trabalhadores precários e escondendo a falta de funcionários nesses setores. A maioria destas e de outras bolsas, ainda por cima, exigem uma média acadêmica superior àquela necessária para qualquer estudante se manter no curso, como se as bolsas fossem um “benefício” cedido pela universidade e que devesse ser retribuído, e não um direito daqueles que precisam.

São necessárias e urgentes políticas que atendam de fato a essas demandas e possibilitem que todos/as tenham iguais condições de concluir seus cursos, garantindo efetivamente o direito à educação.

INCLUSP. Em 2006, a FUVEST passou por uma mudança, com a criação do Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp), que atribui bônus de até 12%, nas notas do vestibular, aos alunos provenientes da escola pública. O resultado, porém, foi bastante limitado: em 2009, o Inclusp foi responsável por aprovar apenas cerca de 500 estudantes de escola pública, em um total de 10 mil aprovados na FUVEST. Incapaz de transformar realmente o vestibular, o Inclusp serve mais como uma desculpa, para que a Universidade não discuta mudanças mais profundas na forma de acesso.

UNIVESP. A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), programa de ensino a distância, criado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, voltada a formação de professores para o ensino médio, é uma falsa política de democratização do acesso a universidade. As vagas de graduação criadas dessa forma não tem nenhuma garantia de qualidade, e significam uma precarização ainda maior da formação de professores.

Defendemos e propomos:

- Política de ampliação de vagas e expansão da universidade com os devidos recursos, infra-estrutura e contratações;
- Reformulação do INCLUSP, com imediata ampliação no bônus concedido, e início de um amplo debate sobre alternativas ao vestibular, dentre elas a discussão de cotas sociais e étnicas;
- Mais vagas em cursos noturnos como forma de ampliar o acesso aproveitando melhor a infra-estrutura já existente;
- Uma política de permanência construída com ampla participação estudantil, que identifique a demanda real e planeje seu atendimento a curto e longo prazos, para suprir as atuais deficiências;
- Lutar por recursos financeiros específicos para política de permanência estudantil;
- Criação de bolsas de estudo, de caráter sócio-econômico e sem exigência de contrapartidas, que se tornam mais um fardo do que um apoio aos estudantes que precisam delas pra se manter nos cursos;
- Construção de moradias em todos os campi em que não haja ou que se tenha demanda, com ampla participação estudantil na elaboração dos projetos, e autonomia na gestão e uso dos espaços.